



ATA DE REUNIÃO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC/TJES	Nº: 014/2017
	Data: 27.03.2017

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
27.03.2017	16h00min	19h00min	Salão Nobre da Presidência

2. Participantes

Nome	Designação/Órgão
Fernando Estevam Bravin Ruy	Desembargador
Anselmo Laghi Laranja	Assessor Especial da Presidência do TJES
Leonardo Alvarenga da Fonseca	Juiz Corregedor
Felippe Monteiro Morgado Horta	Juiz de Direito
Gustavo Marçal Da Silva e Silva	Juiz de Direito
Marcelo Tavares De Albuquerque	Secretário-Geral do TJES
Christine Rossi	Secretária de Tecnologia da Informação do TJES
Cintia Varejão Ribeiro de Freitas	Secretária de Gestão de Pessoas do TJES
Fabio Cardoso Mello	Secretário de Finanças e Execução Orçamentária do TJES
Carlos Vinicius Arimatea	Coordenador de Suporte (STI)
Alamir Costa Louro	Coordenador de Desenvolvimento (STI)
Daniel de Souza Correia	Técnico Judiciário (Técnico em Informática)



3. Pauta

Descrição
<p>1. Status dos projetos prioritários: Gartner – Apresentação; ERP – 2015.01.457.273; Pje.</p> <p>2. Service Desk (Central de Serviços);</p> <p>3. Segurança da Informação – Pendências/definições;</p> <p>4. Aprovação de Projetos: a) Monitoramento do Data Center; b) Solução de Treinamento online; c) Estudos do modelo de terceirização projeto Pje;</p> <p>5. Aceco – Datacenter;</p> <p>8. Deliberações: a) Cadastro de usuários sem vínculo com o PJES; b) Módulo Alvará – Ejud; c) Reformulação do CGTIC/TJES;</p>

4. Deliberações

Descrição
<p>Após agradecer a presença de todos, a Sr.^a Christine Rossi fez abertura da reunião, apresentando a pauta. Ato contínuo, o Dr. Fernando Bravin solicitou a inclusão em pauta do seguinte tema: "Módulo Alvará - Sistema E-Jud".</p> <p>1. Status dos projetos prioritários:</p> <p>a) Gartner – Apresentação: Sr. André, representante da Gartner, apresentou a Proposta de Trabalho da Gartner perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, destacando três grandes blocos dentro da estratégia de governança, abordando dentre elas a otimização de custos de TI – salientando, ainda, que a gestão de custos deve estar atrelada a uma visão empresarial.</p> <p>Nessa perspectiva, mencionou a reunião realizada entre a Gartner e o Dr. Anselmo, ressaltando que na ocasião fora destacado a otimização de custos de TI no PJES, o sistema ERP e o sistema do Pje, como agenda da Gartner no PJES, em especial no auxílio de tomadas de decisões.</p> <p>Além disso, segundo o Sr. André, a Gartner busca trazer o que há de melhor no mercado acerca da atividade-administrativa e atividade-fim, para serem utilizadas nas empresas que são prestadas a consultoria. Destacando, ainda, com exemplo que, em regra, as empresas realizam a troca de seus equipamentos de informática em 03 e 03 anos, entretanto, de acordo com estudos realizados pela Gartner constatou-se que a substituição dos materiais de informática pode ocorrer em 05 e 05 anos – a depender do grau de maturidade de cada empresa, o perfil dos usuários de TI, bem como as necessidades demonstradas por cada instituição.</p> <p>Ato contínuo, pontuou acerca de uma reunião realizada no STJ, em que foi debatido sobre a análise cognitiva em prol da atividade judiciária, destacando-a como importante ferramenta na prestação jurisdicional no futuro. Ademais, ressaltou que em maio ocorrerá um Congresso entre a empresa Gartner e os analistas de TI dos Tribunais, acentuando, ainda, que seria importante a participação da STI do PJES no evento.</p>



Do mais, o Sr. André fez uma breve explanação de como funcionará a participação da Gartner na tomada de decisões, apresentando, como exemplo, se a criação de uma fábrica de software no PJES será um bom negócio (PJe). Nesse sentido, a Gartner vai apresentar um estudo apontando o desenvolvimento de softwares em outros Tribunais, e auxiliará o PJES na tomada de decisão. Ressaltou, ainda, que o Vice-Presidente da Gartner vai estar em Vitória no dia 07 de Abril, para uma reunião com a PRODEST. Assim, o Sr. André sugeriu uma agenda com este Egrégio Tribunal de Justiça, pois ele é especialista no desenvolvimento de softwares e seria importante uma reunião com o mesmo.

Aliás, o Sr. André propôs uma agenda de trabalho no Tribunal de Justiça, para ser realizado um evento de workshop, com apresentação de estratégias e novas tecnologias. Ademais, pontuou que está sendo realizada uma análise na STI, em relação à sua maturidade (gestão de riscos; segurança da informação; como a gestão olha para a tecnologia; etc. – são 09 indicadores a serem observados). Por derradeiro, destacou que a maturidade é constituída por 05 níveis.

A Sr.^a Christine agradeceu a apresentação feita pela Sr. André, ocasião em que destacou que a celebração do contrato entre a Gartner e o PJES ocorreu no final de Fevereiro. Pontuou, ainda, que a Gartner é uma grande parceira do PJES, e que os projetos de TI estão sendo passados para a Gartner analisar.

Dr. Fernando Bravim destacou, de forma sensibilizada, que o CGTIC/TJES precisa constantemente de uma comunicação política para que os projetos tenham efetividade. Apresentando, ainda, grande preocupação com a continuidade dos projetos desenvolvidos com a mudança de gestão. Pontuando, inclusive que talvez fosse o momento de repensar toda estrutura organizacional do PJES, em especial quanto à possibilidade do CGTIC ser gerido por Supervisão.

b) ERP - 2015.01.457.273: A contratação do ERP, nos autos do processo de nº 2015.01.457.273, encontra-se com o Pregão Eletrônico designado para ocorrer no dia 30.03.2017.

c) Pje: A Sr.^a Christine apresentou a problemática envolvendo os treinamentos de capacitação para utilização do PJe.

Dr. Gustavo destacou acerca da necessidade dos servidores do PJe terem uma maior atenção em relação aos usuários externos, pontuando, ainda, sobre um problema vivenciado com um Defensor Público para quem não foi passado conhecimento sobre o uso do PJe.

A Sr.^a Christine destacou que a grande problemática envolvendo o Pje é em relação à atividade administrativa desempenhada por servidores da STI, pois necessita de uma maior participação dos agentes de negócio para efetividade do sistema. Assim, acentuou sobre a necessidade de haver um órgão gestor do Pje.

Dr. Anselmo pontuou sobre os problemas com a expansão do Pje, destacando, ainda, a carência de recursos humanos vivenciada na atual conjuntura do PJES, bem como ausência de um planejamento efetivo. Além disso, destacou a necessidade de uma melhor estrutura para o Pje, frisando, inclusive, que o treinamento do Pje precisa ser feito por servidores externos à STI.

Dr. Anselmo aproveitou o momento para fazer um pedido público de desculpas à STI.

Dr. Anselmo propôs que o Comitê desenhasse a estrutura para dar prosseguimento a implantação do Pje, bem como em relação aos treinamentos do Pje – sugerindo, por conseguinte, que o treinamento do Pje pudesse ser gravado para ser disponibilizado de forma online.

A Sr.^a Christine pontuou que o treinamento precisa ser atual/recorrente – existem vários vídeos disponibilizados no sítio eletrônico do TJES, porém há uma tradição dos usuários em recorrerem aos treinamentos presenciais.

Dr. Anselmo destacou que há uma problemática em relação à comunicação entre a STI e os



demais membros do PJES. Assim, sugeriu que as comunicações envolvendo a STI e os demais membros do PJES sejam feitas através da Assessoria de Comunicação do TJES.

2. Service Desk (Central de Serviços): a Sr.^a Christine fez uma breve apresentação, destacando que todos os serviços de TI passam por uma análise de maturidade e, por conseguinte, expôs como os 05 níveis de maturidade funcionam:

0. Nível: Caótico – Constituí por operações mínimas de TI; Múltiplas Centrais de Serviço;

1. Nível: Reativo - (apagando incêndio): Gerenciamento de problemas; Medição do tempo de atividade/inatividade;

2. Nível: Pró-ativo – Análise de tendências; Previsão de problemas; Maturidade do processo;

3. Nível: Serviço;

4. Nível: Valor.

A Sr.^a Christine pontuou que o PJES se encontra entre o nível 0 e 1, destacando que o ideal seria que o PJES estivesse no nível 2. Além disso, ressaltou que o ato normativo que versa sobre a central de atendimento se encontra na Presidência para apreciação e, posteriormente, será publicado no E-Diário para servir como ponto único de contato no registro de requisições e incidentes de informática.

Ademais, a Sr.^a Christine mencionou que na última reunião do CGTIC/TJES, a STI ficou responsável por apresentar um catálogo com as demandas prioritárias. Nessa perspectiva, a Sr.^a Christine apresentou o catálogo de serviço utilizado pelo Tribunal de Roraima, solicitando que fossem aprovados os níveis de serviço demonstrados, para posterior confecção do catálogo pela STI.

Sr. Marcelo destacou sobre a importância da ampliação da base de conhecimento da central de atendimento.

Dr. Fernando Bravim solicitou à Christine se a STI tem uma avaliação da central de atendimento. O Sr. Arimatéa destacou que o atendimento melhorou muito, porém em relação ao 3 nível precisa ser criada uma nova base de conhecimento para que os técnicos de informática (Nexa) procedem o atendimento.

Dr. Gustavo informou que fez a abertura de um chamado quanto à sua assinatura digital, contudo, o chamado foi encerrado sem que houvesse um retorno quanto ao problema apresentado.

3. Segurança da Informação – Pendências/definições: o Sr. Eduardo e o Sr. Arimatéa apresentaram a estrutura da Segurança da Informação do PJES. Destacando, ainda, que a segurança se pauta sobre 05 estruturas (confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio).

O Sr. Eduardo pontuou sobre os riscos associados com a disponibilização de informações submetidas a segredo de justiça, bem como quanto à disponibilização de decisões/acórdãos dos Desembargadores antes de se tornarem públicos. Além disso, destacou a problemática envolvendo o acesso aos sistemas por pessoas não autorizadas (estagiários, por exemplo).

Ademais, apresentou as diretrizes da Segurança da Informação de acordo com o CNJ, destacando, dentre elas, a criação de correio eletrônico, códigos maliciosos, controle de acesso, política de geração e reestruturação de cópias de segurança.

A Sr.^a Christine apresentou grande preocupação em relação à concessão de acesso a pessoas sem vínculo com este PJES, em especial com uma situação vivenciada durante o mutirão das execuções fiscais.

4. Aprovação de Projetos:



a) Monitoramento do Data Center:

Previsão do prazo: 06 meses

R\$: a definir

Dr. Anselmo sugeriu a Prodest.

b) Solução de Treinamento online: o Sr. Arimatéa consignou sobre a importância de implantar um estudo de mercado acerca de treinamentos online para atendimento do PJES. Alamir destacou sobre possível parceria com a EMES.

c) Estudos do modelo de terceirização projeto Pje: o Sr. Arimatéa destacou a importância de uma visita técnica ao TJMG, por parte de alguns integrantes da STI.

d) Aquisição de Suporte: Equipamento de rede a ser adquirido para utilização no Vértice - valor R\$ 500.000,00, por ano (a troca de peça já está inclusa).

O Sr. Arimatéa destacou a necessidade de suporte.

Dr. Anselmo solicitou que o pleito fosse posto em apreciação pelo Presidente do TJES.

Nesse sentido, o CGTI/TJES deliberou pela aprovação dos estudos, tendo em vista que estão de acordo com o plano estratégico deste Comitê. Todavia, em relação à aquisição de suporte, Dr. Fernando Bravim destacou a necessidade uma análise mais detalhada da demanda.

5. Aceco - Datacenter (Judicialização): Sr. Arimatéa salientou que, a Secretaria Geral notificou a empresa Aceco TI S/A, para no prazo de 60 dias, adotar medidas quanto à refrigeração do datacenter.

O Sr. Arimatéa destacou que o problema do datacenter é em relação ao sistema de refrigeração, apresentando uma linha do tempo com as principais intercorrências, desde o ano de 2015. Segundo relatado, este Egrégio Tribunal de Justiça celebrou o contrato nº F060/2013 com a empresa Aceco TI S/A, nos autos do processo de nº 2012.01.277.300, tendo por objeto o fornecimento e integração de solução modular, escalável e móvel de container seguro para Datacenter, incluindo garantia e assistência técnica, serviços de instalação, transferência de conhecimento, e operação inicial de movimentação de equipamentos. Todavia, após a entrega do objeto pela empresa em meados de dezembro de 2014, constatou-se desde o início do ano de 2015, diversas falhas operacionais no sistema de climatização do Datacenter.

O Sr. Arimatéa pontuou que a Aceco TI S/A adotou algumas providências, porém os problemas apresentados não foram sanados, inclusive novos defeitos surgiram - ocasionando o superaquecimento do ambiente e, consequentes danos à estrutura (derretimento ou deformação de peças). Relata, ainda, que a STI (Unidade Gestora do Contrato) detectou a interrupção do funcionamento do sistema de ar condicionado de precisão (que é parte do objeto contratual). Assim, em outubro de 2015, duas das cinco máquinas do sistema de climatização da sala de servidores voltaram a apresentar falha pelo mesmo motivo ("Pressão Alta"), embora tenham voltado a operar quando reiniciadas por técnicos da contratada, as falhas se repetiram poucos dias depois, fazendo indicar a ineficiência do sistema.

Sr. Arimatéa noticia que após a realização de testes, a contratada concluiu, em relatório técnico de abril de 2016, que o sistema estava em condições adequadas. No entanto, em agosto e outubro de 2016, ocorreram novas panes que, inclusive, ocasionaram no aumento da temperatura da sala de servidores, e os técnicos da empresa não deram diagnóstico preciso das possíveis causas. Dessa forma, a STI encaminhou uma documentação formalizada à Secretaria Geral, demonstrando os problemas na gestão do contrato com a Aceco TI S/A. Com isso, durante a inspeção do CNJ, um dos responsáveis pela inspeção intermediou uma reunião entre este Egrégio Tribunal de Justiça e a Aceco TI S/A, sendo na ocasião destacado que a Aceco TI S/A



ficaria responsável por enviar uma solução para a problemática, a fim de que a STI fizesse uma análise técnica.

O Sr. Arimatéa enfatizou que em reunião realizada no dia 20.03.2017, a empresa Aceco TI S/A apresentou algumas fotos do estado do datacenter, sustentando nas entrelinhas eventual desídia do TJES em sua manutenção. De acordo, ainda, com o Sr. Arimatéa, a empresa alegou que, para o sistema de refrigeração entrar em funcionamento seria necessário apenas colocar carga elétrica máxima.

A Sr.^a Christine pontuou que a Aceco TI S/A tem um prazo formal até o início de abril (prazo da notificação feita pela Secretaria Geral) para adotar as medidas cabíveis para solucionar os problemas apresentados.

Dr. Anselmo ressaltou por insistir pela judicialização da demanda, com eventuais pedidos alternativos.

Dr. Fernando Bravim pontuou sobre a necessidade de uma análise detalhada acerca do contrato, bem como em relação às eventuais penalidades, sanções, etc.

Dr. Gustavo ponderou sobre qual pedido jurisdicional deverá ser feito, no caso de judicializar a demanda. Além disso, na esfera administrativa pontuou sobre a rescisão do contrato.

A Sr.^a Christine pontuou que, com a rescisão do contrato, o equipamento ficará no TJES, cabendo à Engenharia a manutenção.

8. Deliberações:

a) Cadastro de usuários sem vínculo com o PJES: a Sr.^a Christine apresentou a problemática da concessão de acesso aos sistemas informatizados do TJES para usuários sem vínculos com o PJES.

O Sr. Arimatéa destacou sobre um problema ocorrido com a SGP, em que um servidor comissionado sem vínculo com o PJES foi exonerado e, após, requereu ressarcimento pelo seu trabalho prestado, tendo em vista que foi deferido acesso ao sistema antes da formalização do contrato.

Nessa perspectiva, a Sr.^a Christine apresentou os seguintes cenários: 1) Não Cadastrar; 2) Autorização para cadastro do responsável pela unidade, por meio de documento formalizado com assinatura digital e 3) Criar Grupo de Trabalho para gerar a Norma de Controle de Acesso: a ser submetida ao Comitê de Segurança da Informação para apreciação.

Dr. Anselmo consignou que o Service Desk não pode receber esses cadastros.

A Sr.^a Christine destacou que quando a SGP faz o distrato do contrato, o usuário é automaticamente bloqueado quanto ao acesso aos sistemas informatizados do PJES.

Dr. Anselmo sugeriu elaborar uma nota com a Assessoria de Comunicação do TJES, para que os magistrados forneçam um documento formalizado com assinatura digital acerca da concessão do acesso. Além disso, suscitou a possibilidade de submeter ao Comitê de Segurança da Informação a atribuição de criar eventual Norma de Controle de Acesso. Deliberou-se que enquanto o assunto não tiver regulamentação, não deverão ser concedidos acessos para usuários sem vínculo com o PJES.

b) Módulo Alvará - Ejud: a Sr.^a Christine destacou acerca da possibilidade das Câmaras deste Egrégio Tribunal de Justiça utilizarem o módulo "Alvará", no sistema E-Jud, para o envio de ordens judiciais eletrônicas (Alvará de Soltura e Alvará de Liberação). Salientando, ainda, pela viabilidade técnica da referida implementação, desde que haja a designação de um responsável de negócios do 2º Grau para auxiliar o programador da STI, na: (i) homologação do que já está desenvolvido, (ii) efetuar testes do sistema e (iii) treinar os usuários que utilizam o sistema de segunda instância.

Nesse sentido, o CGTIC/TJES deliberou pela implementação do Módulo Alvará - no sistema E-



Jud, com a participação de um responsável de negócio do 2ª Grau. O Sr. Alamir sugeriu a Sr.ª Luciana Merçon, Secretária Judiciária deste Egrégio Tribunal de Justiça, o que foi aprovado pelo Comitê.

Reformulação do CGTIC/TJES: Dr. Fernando Bravim destacou o recebimento de uma postulação, na qual sugere a reformulação do Comitê de Governança de TIC, com a inclusão de um servidor da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica deste Egrégio Tribunal de Justiça. Todavia, diante da necessidade de avaliar melhor o pleito, o Dr. Fernando Bravim consignou que o pedido será analisado de forma mais detalhada.

Dr. Anselmo destacou que um integrante da Assessoria de Planejamento seria importante, em decorrência de alguns projetos existentes no TJES, em especial o Justiça em Números, por exemplo.

5. Aprovação

Nome	Assinatura
Fernando Estevam Bravin Ruy	
Anselmo Laghi Laranja	
Leonardo Alvarenga da Fonseca	
Felippe Monteiro Morgado Horta	
Gustavo Marçal Da Silva e Silva	
Marcelo Tavares De Albuquerque	
Christine Rossi	
Fabio Cardoso Mello	
Cintia Varejão Ribeiro de Freitas	
Carlos Vinicius Arimatea	
Daniel de Souza Correia	
Alamir Costa Louro	